

**ADEQUAÇÃO ÀS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM
RESTAURANTES: NÃO SÓ UMA OBRIGAÇÃO JURÍDICA, MAS
TAMBÉM UM DIFERENCIAL COMPETITIVO**

***ADEQUACY TO GOOD MANIPULATION PRACTICES IN
RESTAURANTS: NOT ONLY A LEGAL OBLIGATION, BUT ALSO A
COMPETITIVE DIFFERENTIAL***

***APTITUD PARA BUENAS PRÁCTICAS DE MANEJO EN
RESTAURANTES: NO SOLO UNA OBLIGACIÓN LEGAL, SINO
TAMBIÉN UNA DIFERENCIAL COMPETITIVA***

TAYANE SILVA CELESTE

Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

MARCOS MACRI OLIVERA

Doutorando em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (UFCG)
Professor de Ensino Superior (UFCG)

LUMA MICHELLY SOARES RODRIGUES MACRI

Doutoranda em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (UFCG)
Professor de Ensino Superior (UFCG)

ALLAN SARMENTO VIEIRA

Doutor em Recursos Naturais (UFCG)
Professor de Ensino Superior (UFCG)

ÉRIKA LIRA DA SILVA

Mestranda em Sistemas Agroindustriais (UFCG)



RESUMO

A universidade tem um papel imprescindível no desenvolvimento da região onde atua. O ensino superior surgiu no Brasil, com cursos isolados de forma meramente profissionalizante, voltados unicamente ao sexo masculino. No entanto, devido o desenvolvimento econômico foi necessária uma expansão desse ensino que ainda assim, não atingia as mulheres, que acabaram conseguindo adentrar a esta modalidade apenas 70 anos após seu surgimento. Além de expandir, é necessário que a instituição ofereça conhecimento de qualidade para o reconhecimento dos profissionais. A averiguação desse conhecimento pode ser medida mediante o nível de aprendizagem absorvido pelos estudantes, considerando que fatores externos podem vir a influenciar ou não na absorção desses conhecimentos. Sendo assim, de forma específica, esse trabalho tem como objetivo evidenciar quais variáveis estão associadas ao rendimento acadêmico das alunas do curso de administração do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande. A pesquisa torna-se relevante devido aos cuidados que a universidade deve ter em relação aos elementos que possam vir a interferir no aprendizado de suas alunas e como lidar com eles. Em conclusão, pôde-se observar que entre todas as variáveis estudadas, duas delas apontaram evidências de associação em relação ao nível de rendimento atingido, sendo estas, a variável relacionada à forma de ingresso no curso e a variável relacionada à educação familiar recebida, as demais variáveis estudadas não apresentaram nenhuma evidência de associação. Contudo, através do presente trabalho é possível o desenvolvimento de novos estudos que venham a possibilitar conhecimentos mais específicos acerca do assunto.

Palavras-chave: Mulheres; Administração; Variáveis; Rendimento Acadêmico.

ABSTRACT

The university has an essential role in the development of the region where it operates. Higher education emerged in Brazil, with isolated courses of purely vocational training, focused solely on the male sex. However, due to the economic development, it was necessary to expand this teaching, which, however, did not reach women, who managed to enter into this modality only 70 years after its emergence. In addition to expanding, it is necessary for the institution to provide quality knowledge for the recognition of professionals. The investigation of this knowledge can be measured by the level of learning absorbed by the students, considering that external factors may influence or not the absorption of this knowledge. Thus, in a specific way, this work aims to show which variables are associated with the academic performance of the students of the administration course of the Center for Legal and Social Sciences of the Federal University of Campina Grande. The research becomes relevant due to the care that the university must have in relation to the elements that may interfere in the learning of its



students and how to deal with them. In conclusion, it can be observed that among all the studied variables, two of them showed evidence of association in relation to the income level reached, being these, the variable related to the form of entrance in the course and the variable related to the family education received, the Other variables studied did not present any evidence of association. However, through the present work it is possible to develop new studies that will enable more specific knowledge about the subject.

Keywords: Women; Administration; Variables; Academic Performance.

RESUMÉN

La universidad tiene un papel esencial en el desarrollo de la región donde opera. La educación superior surgió en Brasil, con cursos aislados de naturaleza puramente profesional, dirigidos solo a hombres. Sin embargo, debido al desarrollo económico, fue necesario expandir esta enseñanza que aún no llegaba a las mujeres, quienes terminaron logrando ingresar a esta modalidad solo 70 años después de su surgimiento. Además de expandirse, es necesario que la institución ofrezca conocimientos de calidad para el reconocimiento de los profesionales. La verificación de este conocimiento puede medirse por el nivel de aprendizaje absorbido por los estudiantes, considerando que los factores externos pueden o no influir en la absorción de este conocimiento. Por lo tanto, de manera específica, este trabajo tiene como objetivo mostrar qué variables están asociadas con el rendimiento académico de las estudiantes en el curso de administración en el Centro de Ciencias Jurídicas y Sociales, en la Universidad Federal de Campina Grande. La investigación se vuelve relevante debido al cuidado que la universidad debe tener en relación con los elementos que pueden interferir en el aprendizaje de sus estudiantes y cómo tratarlos. En conclusión, se observó que entre todas las variables estudiadas, dos de ellas mostraron evidencia de asociación en relación con el nivel de ingreso alcanzado, que son la variable relacionada con la forma de ingresar al curso y la variable relacionada con la educación familiar recibida, el otras variables estudiadas no mostraron evidencia de asociación. Sin embargo, a través de este trabajo es posible desarrollar nuevos estudios que permitirán un conocimiento más específico sobre el tema.

Keywords: mujeres; administración; variables; rendimiento académico.



1. INTRODUÇÃO

O cenário da sociedade atual exige cada vez mais qualificação e conhecimento das pessoas em meio às organizações. Segundo Ribeiro (2014), o mundo hoje se transforma de tal forma, que cada vez mais é acentuada a necessidade por cursos superiores. Dados do censo (2010) mostram que, entre os anos 2000 a 2010, houve um crescimento de 109,83% no percentual de brasileiros com nível superior completo (Portal MEC, 2012). A formação superior proporciona uma visão contextualizada de mundo, de forma que, possibilita a melhoria da vida pessoal, social e profissional das pessoas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, em 2011, 8,5% dos funcionários das empresas brasileiras possuíam nível superior e a diferença de salário destes com os que não possuíam graduação chegava a 219,4% (REVISTA VEJA/ECONOMIA, 2013).

Dados do censo da educação superior de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2016), indicam a existência de 7.828.013 matrículas em cursos de graduação, sendo a maioria ocupada pelo sexo feminino que somam um quantitativo de 4.492.496, contra 3.335.517 do sexo masculino. Esses dados mostram uma mudança no contexto social do país, com uma forte participação da mulher nesta modalidade de ensino que, inicialmente, lhe foi privada. Desde o censo de 2000, é notório o número mais elevado de mulheres nesse ensino em relação aos homens e esse percentual aumenta a cada ano. Contudo, a jornada das mulheres pela conquista de espaço na universidade, como também na sociedade, foi um tanto quanto árdua, já que o acesso ao ensino formal era reservado apenas aos homens.

Para Oliveira *et al.* (2014), “a história das mulheres é algo um tanto novo no meio acadêmico [...]”. Esse ensino é um fator ímpar ao se falar em ascensão social das pessoas, logo, quanto maior o acesso das mulheres no referido ensino, mais elevada será a possibilidade de uma menor desigualdade entre os sexos diante as instituições como, também, perante a sociedade. Segundo Ferreira (2011), as mulheres também vêm



conquistando seu espaço frente à produção científica, ainda que não seja em ambientes mais prestigiados. Dados do censo do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica - CNPq mostram a crescente atuação feminina nos grupos de pesquisa, em 1995, apenas 39% das mulheres estavam presentes nas pesquisas, enquanto que, em 2014, esse percentual atingiu os 50% (DGP, 2014).

As mulheres enfrentaram ainda o preconceito em relação aos cursos escolhidos. Existiam carreiras ditas como masculinas (relacionado principalmente às áreas de exatas) e carreiras ditas como femininas (ciências humanas). Segundo dados do censo de 2012, o curso preferível entre as mulheres é pedagogia, liderando o número de matrículas com 556.283 inscritas nesse ano (MATSUKI, 2013); esse fato pode estar relacionado ao estereótipo criado no passado que ainda permanece aos dias atuais, vislumbrando o magistério (voltado ao ensino básico) como carreira tipicamente feminina. Em segundo lugar está o curso de administração com 460.149 matrículas (MATSUKI, 2013).

Apesar do curso de administração estar dentro das ciências humanas, é considerável o número de matrículas no referido curso (460.149 matrículas do sexo feminino), visto que, o censo de 1970 mostrava que 85% das vagas eram ocupadas pelos homens (GUEDES, 2008). E, mesmo havendo um grande número de mulheres matriculadas neste curso, vale salientar que estas enfrentam inúmeras dificuldades em conseguir ocupar cargos estratégicos nas organizações. Conforme pesquisa International Business Report (IBR) - *Women in Business*, realizada pela *Grant Thornton*, apenas 19% das empresas brasileiras possuem mulheres em cargos de chefia (G1/ECONOMIA, 2016).

A importância deste trabalho é apresentar possíveis condicionantes que afetam o rendimento acadêmico das mulheres dentro da universidade, levando em consideração que o rendimento é medido por meio de avaliações diversas durante o curso, - representado através do Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) -,



compreendendo que, estas, não podem ser vistas de forma isolada, ou seja, elas fazem parte de um contexto maior e atuam de forma integrada.

Diante do tema exposto, partindo da pesquisa supracitada e em busca de mais associações, decidiu-se isolar os gêneros no intuito de buscar associações específicas para cada um, a partir do seguinte questionamento: Quais variáveis apresentam associação com o rendimento acadêmico das alunas do curso de administração da UFCG/CCJS? Esta pesquisa tem por objetivo principal evidenciar as variáveis associadas ao rendimento acadêmico das alunas do curso de administração da UFCG/CCJS, sendo necessário, para tanto, elencar o CRA (Coeficiente de Rendimento Acadêmico) das alunas do curso de Administração da UFCG/CCJS, identificar o perfil sócio-demográfico destas, e aplicar um teste qui-quadrado relacionando as variáveis pesquisadas com o CRA das alunas.

2. ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O Ensino Superior no Brasil teve seu surgimento com escolas autônomas e cursos isolados, com ênfase essencialmente ao ensino profissionalizante. Era um ensino voltado, basicamente às necessidades do Estado, onde não havia vinculação entre teoria e prática (MELO; SANTOS; ANDRADE, 2009). De acordo com Santos e Cerqueira (2009), a criação de cursos superiores no Brasil surgiu apenas com a chegada de toda a Coroa Portuguesa, no século XIX. A única preocupação, desta, era a formação de carreiras liberais, essenciais ao Estado.

A partir do final do século XIX e início do século XX, com a Proclamação da República, a nova Constituição descentralizou o ensino superior, consentindo a formação de novas instituições que poderiam ser públicas ou privadas. No período de 1889 a 1910, foram criadas 56 novas instituições de nível superior, sua grande maioria do setor privado (DURHAN, 2003). Na década de 20, com o período de industrialização ocorrido no país,



surgiram também as ideias de renovação por parte de um grupo de educadores aliados a alguns cientistas para o ensino superior.

A reforma educacional do governo Vargas criou as universidades e definiu a forma legal a ser seguida por tais instituições e como elas deveriam ser implementadas no Brasil, marcando o fim da Primeira República. Entre 1946 e 1960 (período da Segunda República), criou-se 28 novas universidades, sendo 18 públicas e 10 particulares, a maior parte confessional e presbiteriana. No ano de 1960, houve a criação da primeira rede de universidades federais, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (SAMPAIO, 2000 apud SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Em 1964, houve uma profunda transformação no quadro político do país com a ocorrência do Golpe Militar, conseqüentemente, uma reorganização do movimento estudantil que resistiu a esse regime. Travaram-se, assim, grandes disputas entre estudantes e Governo (DUHRAM, 2003). No ano de 1968, essa luta chegou ao seu ápice, onde as medidas tomadas pelo governo militar causaram o fim do movimento. Após esse episódio, o governo promoveu uma gigantesca reforma no ensino superior, onde muitas das mudanças faziam parte das reivindicações dos estudantes. (SANTOS E CERQUEIRA, 2009).

Além da ampliação do ensino, vale salientar a organização do sistema de ensino nas universidades voltada para o desenvolvimento de realização de pesquisas. De acordo com Durhan (2003), um dos principais obstáculos para se desenvolver pesquisas era a falta de pessoal qualificado para esse fim. Assim, duas instituições-chaves, criadas na década de 50, foram reformuladas e fortalecidas, ambas voltadas à formação de pesquisadores brasileiros: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica) (DURHAN, 2003).

Na Era de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conforme Santos e Cerqueira (2009), foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, onde deixava claro as IES aceitas. Definiu, por universidade, as



instituições que encadeava ensino e pesquisa. Para Cunha (2003), as principais ações voltadas ao ensino superior do governo FHC foram: fragmentação das normas, conjunto de lei regulando os mecanismos de avaliação, criação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em 1998, a expansão do poder docente na gestão universitária, reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, execução de um sistema de avaliação do ensino superior e o estabelecimento de padrões de referência para organização acadêmica das IES.

No ano de 2003, teve início o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde uma das primeiras medidas tomadas em relação à educação superior, foi através do Decreto de 20 de outubro de 2003 que “instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GT”, onde sua principal função era averiguar o então atual cenário vivenciado por este ensino e desenvolver um projeto de melhoria para o mesmo (BRASIL, 2003; SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Desde o então ano, é fato que muito se avançou na Reforma do Ensino Universitário no País. O MEC adotou uma série de medidas para ampliar o número de cursos e vagas nas universidades federais, além de expandir o número de campus de IES pelo país. Interiorização dos campi universitários, redefinição das formas de ingresso, desenvolvimento de programas de assistência estudantil, reformulação da avaliação de curso e instituições, bem como ampliação a pós-graduação, foram alguns das medidas adotadas pelo MEC (BRASIL, 2003).

Na página eletrônica do Ministério da Educação são encontrados diversos programas e ações voltados ao ensino superior: Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Proext (Programa de Apoio a Extensão Universitária), PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), além da existência de bolsas, como o Prouni (Programa Universidade Para Todos) e financiamentos como Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Esses são apenas alguns dos vários programas existentes pelo MEC para o desenvolvimento de tal ensino (BRASIL, 2014).



3. ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

A Revolução Industrial no Brasil teve seu início na década de 1930. Esse novo cenário de economia industrial exigia novas habilidades por parte dos profissionais, iniciando, assim, o ensino de administração no País. Conforme Serva (1990), as primeiras escolas de ensino superior em administração, no Brasil, apareceram como consequência da política desenvolvimentista do governo Vargas, que necessitava de pessoal capacitado para gerir, de forma eficaz, tanto as organizações públicas, como privadas. Havia a necessidade de pessoas qualificadas, de uma administração diferente da empírica, era necessária uma administração técnica, de forma científica.

Ainda segundo Serva (1990), que reconhece o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) como pioneiro na formação e treinamento de quadros para burocracia estatal, as primeiras escolas tipicamente acadêmicas de administração foram criadas na década de 50, pela Fundação Getúlio Vargas. Eram elas: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Mais tarde a EBAP, passou a chamar-se EBAPE (Escola Brasileira de Educação Pública e Empresas) atuando também no setor privado, foi pioneira na publicação de livros de administração no País e também no uso de sistema de crédito e matrícula por disciplina no Brasil (EBAPE, 2015).

No ano de 1966, foi criado o primeiro currículo mínimo do curso, que ficou dividido em grupo de matérias: as chamadas matérias de cultura geral, abrangendo o fenômeno administrativo possuíam o primeiro lugar, logo em seguida, as instrumentais e, por último, mas não menos importante, as matérias de formação profissional (BENCKE; GILIOLI, 2003).

Em 1967, foi criado o primeiro curso de pós-graduação no País na área de administração, em nível de mestrado, o Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração Pública (Pronapa), conduzida pela Ebape/FGV (PRONAPA, 1970; FGV, 1968 apud OLIVEIRA; SAUERBRONN, 2007). Alguns anos



depois, mais precisamente em 1976, oito novos programas de pós-graduação criaram a Anpad (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração). Segundo Zouain e Oliveira (2004) citado por Oliveira e Sauerbronn (2007), na década de 1970 houve um crescimento desordenado do ensino da graduação no Brasil, sem preocupação com regras de qualidade ou de avaliação de desempenho, e por esse motivo, o Conselho Federal de Educação suspendeu, durante uma década, a solicitação de registro de instituições para fazer uma revisão das normas neste ensino. Porém, o curso de administração não parou sua expansão desordenada, principalmente por meio das instituições privadas.

Dados da Angrad informam que, em agosto de 2004, o número de instituições de graduação do curso de administração chegava a 1.734. Em 2010, de acordo com o MEC, esse número já chegava a 1.805. (INEP, 2010). Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, o curso de Administração lidera o número de matrículas em todo o país, com 1.348.616 vagas ocupadas nas IES, o que representa 17,22% da escolha dos universitários (INEP, 2016). Essa grande procura pode estar associada ao amplo número de vagas ofertadas nas mais diversas instituições, já que, de acordo Martins (2016) o Inep/MEC do ano de 2013, aponta o curso de bacharelado em administração como a graduação mais ofertada em todo o país. Esse fato também pode estar relacionado ao vasto campo onde os profissionais dessa área podem atuar.

4. PRESENÇA FEMININA NA UNIVERSIDADE

Apesar dos primeiros cursos de ensino superior terem surgido no Brasil no início do século XIX, no ano de 1808, foi apenas no final deste século - mais de 70 anos após seu surgimento - que a primeira mulher conseguiu ingressar neste ensino no País. De acordo com Borges, Ide e Durães (2010), o direito ao ensino superior no Brasil foi concedido às mulheres apenas no ano de 1879, após duas jovens retornarem dos Estados Unidos recém-formadas no curso de Medicina. O então Imperador da época



Dom Pedro II autorizou a entrada do sexo feminino ao ensino universitário (LOPES, 2014).

As mulheres tiveram acesso ao ensino superior de forma progressiva e diversificada e, segundo Borges, Ide e Durães (2010), obtiveram um avanço significativo com a criação do curso de Filosofia no ano de 1942. Ainda segundo os autores, com a publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional no final dos anos de 1960, e a crescente necessidade de recursos humanos, houve um aumento expressivo no número de mulheres em busca de formação profissional, principalmente nas universidades.

Mesmo assim, conforme Lopes (2014), até meados da década de 1970, apenas 25% das mulheres conseguiam adentrar as instituições universitárias, a grande maioria das Universidades eram ocupadas pelo sexo masculino. Esse fato pode estar relacionado ao contexto histórico vivenciado pela sociedade da época, em que, por exemplo, as vagas no mercado de trabalho eram predominantemente masculinas. No entanto, a partir da década de 1980, com a ampliação das instituições de ensino superior tanto públicas como privadas, e conseqüentemente, com o aumento no número de vagas, as mulheres passaram a ganhar espaço nesse ensino.

Contudo, a sociedade acabou estabelecendo certa divisão entre as áreas a serem escolhidas entre os sexos. Deste modo, criou-se o estereótipo de que as mulheres estariam vocacionadas as áreas de humanas e relacionadas à saúde e os homens a de exatas e tecnológicas. Independente da área escolhida, é de grande relevância o aumento do número de mulheres nas universidades. Um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 1991-2005 (RISTOFF et al.,2007), apontam que, em 2005, as mulheres correspondiam a 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores.

Levando em consideração os dez maiores cursos em número de matrículas neste mesmo ano, as mulheres prevaleceram em cinco deles: Pedagogia (91,3%),



Enfermagem (82,9%), Letras (80%), Comunicação Social (56,6%) e, inclusive um curso da área de exatas, quebrando os paradigmas de carreiras escolhidas entre as mulheres, Ciências Contábeis (50,7%). No curso de Administração, elas representavam 49,2% das matrículas. Uma pesquisa mais recente, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), registrou que o percentual médio de ingresso de alunas, até 2013, foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais e, levando em consideração os concluintes, esse número sobe para 60% (BRASIL, 2015).

Além de serem maioria nos cursos de graduação, as mulheres também lideram o número de matrículas nos cursos de pós-graduação no país. Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2015, apontam 175.419 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, contra 150.236 do sexo masculino (BRASIL, 2017). A tabela 1 a seguir apresenta o total de discentes por situação, nível, sexo:

Tabela 1: Matrículas e títulos de Pós-Graduação por sexo

Sexo	DOUTORADO		MESTRADO		MESTRADO PROFISSIONAL	
	Matriculado	Titulado	Matriculado	Titulado	Matriculado	Titulado
FEMININO	54.491	10.141	66.439	26.443	13.529	4.376
MASCULINO	47.877	8.484	55.175	20.215	14.390	4.095
Total Geral	102.368	18.625	121.614	46.658	27.919	8.471

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES/MEC, 2017).

Entretanto, apesar do grande avanço obtido pelas mulheres, o mesmo problema que ocorre na graduação com áreas consideradas tradicionalmente masculinas, acontece também na pós-graduação. De acordo com a CAPES, mesmo que os últimos 15 anos aponte uma visão de maior igualdade entre os sexos, os cursos como Engenharia, Computação e Ciências Exatas e da Terra permanecem com presença maciça do sexo masculino (BRASIL, 2017). Além disso, embora sejam maioria nos cursos



de graduação, pós-graduação e cursos de qualificação, as mulheres ainda possuem remuneração inferior ao sexo masculino. Segundo Kometani (2017), pesquisa realizada pela Catho, onde avalia oito funções, de estagiários a gerentes, aponta que em todos os cargos analisados, as mulheres recebem salário abaixo dos homens.

5. METODOLOGIA

A pesquisa possui característica exploratória e descritiva. Logo, a presente pesquisa tem caráter exploratório pois busca descobrir as variáveis associadas ao rendimento acadêmico das alunas do curso de administração da UFCG/CCJS. A natureza descritiva, segundo Gil (2002), visa estudar as características de um grupo, estabelecendo relação entre determinadas variáveis. Sendo assim, o presente estudo busca averiguar em campo e também através de documentos quais variáveis condicionam o rendimento acadêmico das alunas do curso de administração da UFCG/CCJS. O presente estudo é classificado como quantitativo, já que foi utilizado método estatístico como o qui-quadrado. Essa é uma ferramenta de pesquisa centrada na objetividade.

O universo da pesquisa correspondeu às alunas ativas a partir do 3º período, matriculadas (período 2017.1) e que, efetivamente, frequentam aulas. De início, de acordo com relatório emitido pela Coordenação do Curso de Administração da UFCG/CCJS/UACC, em 07 de julho de 2017, o universo era de 71. Em seguida, após 5 (cinco) tentativas de aplicação do instrumento de pesquisa com todas as alunas, constatou-se que 17 não frequentam as aulas, reduzindo o universo para 54 alunas. Dessa maneira, aplicou-se o instrumento de pesquisa com todas as alunas do universo, constituindo-se na realização de um censo. Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário de forma sucinta, com perguntas-chaves, totalizando um



composto de 19 questões, cada uma contendo quatro alternativas de múltipla escolha, a fim de traçar o perfil das alunas, no meio acadêmico.

O questionário foi desenvolvido a partir de uma adaptação do utilizado por Sousa Júnior (2016) em sua pesquisa, contendo indagações sociais, educacionais, políticas como também de perspectivas futuras, ou seja, fatores externos que podem estar associados ao desempenho das estudantes. Através deste, tornou-se possível fazer um listagem de tais informações, o que possibilitou o levantamento de meios para a averiguação.

A pesquisa foi aplicada junto às estudantes no mês de julho de 2017, sendo este o segundo mês do semestre 2017.1. Logo após o levantamento dos dados, por meio do questionário, foi realizada ainda no mês citado, uma consulta ao histórico acadêmico das alunas, com o intuito de averiguar o rendimento acadêmico (CRA) das discentes e, assim, poder relacionar a nota com possíveis fatores que venham a interferir nesta.

5.1 TRATAMENTO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa quantitativa, os resultados foram tabelados e cruzados com o rendimento acadêmico das alunas, usando tabelas de contingência que tem como finalidade ajudar a mensurar associações entre as variáveis estudadas. Os resultados para discussão foram adquiridos por meio do teste de independência exposto por Anderson et al (2007), onde aplicando os dados amostrais, é possível alcançar, através da distribuição qui-quadrado ao grau de dependência do resultado com sua variável, aceitando ou rejeitando as hipóteses de não dependência (H_0) ou de dependência (H_1). O cálculo efetuado é formulado conforme equação 1:

$$\chi^2 = \sum_i \sum_j \frac{(f_{ij} - e_{ij})^2}{e_{ij}} \quad (1)$$

$$e_{ij} = \frac{(Total da Linha i) * (Total da Coluna j)}{Tamanho da Amostra}$$



$$gl = (\text{Total de linhas } i - 1) * (\text{Total de colunas } j - 1)$$

onde: X^2 = qui-quadrado; f_{ij} = frequência observada para a categoria da tabela de contingência na linha i , coluna j ; e_{ij} = frequência esperada para a categoria da tabela de contingência na linha i , coluna j baseada na hipótese de independência; gl = grau de liberdade.

A utilização do teste qui-quadrado se dá quando se deseja estudar a associação ou dependência entre variáveis. A representação das frequências constatadas é mostrada por uma tabela de dupla entrada ou tabela de contingência (FONSECA; MARTINS, 2013). Sendo assim, o resultado apresentado pelo teste de independência foi confrontado com valores pré-estabelecidos na tabela do qui-quadrado, com o intuito de se conseguir verificar o limite de aceitação das hipóteses.

O resultado apontado pelo teste de independência foi comparado com valores pré-estabelecidos na tabela do qui-quadrado, onde se consegue atribuir o limite de aceitação para cada hipótese. A identificação do valor de referência depende do nível de significância (α), que para esse estudo foi utilizado o valor de 0,05 e do grau de liberdade (gl), encontrado através da fórmula descrita acima.

Desta forma, quando o valor calculado é menor que o referenciado na tabela, a hipótese nula é aceita e comprovada a não associação entre a variável e o rendimento, ocorrendo o contrário quando acontece de maneira oposta, ou seja, quando o valor calculado é maior que o referenciado na tabela, a hipótese nula é rejeitada e, se aceita assim, a hipótese alternativa que evidencia a relação entre o rendimento e a variável.

Para uma melhor análise das correlações entre as variáveis e o rendimento, o CRA (Coeficiente de Rendimento Acadêmico) foi dividido em 8 conceitos: A (> 9,5), B (> 9 e ≤ 9,5), C (> 8,5 e ≤ 9), D (> 8 e ≤ 8,5), E (> 7,5 e ≤ 8), F (> 7 e ≤ 7,5), G (> 6,5 e ≤ 7), H (≤ 6,5). Após conceituar as médias, foram relacionadas duas hipóteses aos resultados obtidos nos cálculos: a hipótese nula H_0 , em que a variável estudada não tem associação



com o rendimento acadêmico das discentes; a hipótese alternativa H_1 , em que a variável estudada tem associação com o rendimento acadêmico das discentes.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse tópico tem como objetivo apresentar e interpretar os resultados obtidos após pesquisa aplicada entre as discentes do curso de administração na UFCG/CCJS. Primeiramente, é relevante comunicar que, entre todas as participantes investigadas, nenhuma apresentou CRA superior a 9,5, logo, as tabelas mostradas a seguir serão iniciadas com médias > 9 e $\leq 9,5$.

A Tabela 2 a seguir mostra a distribuição dos valores para cada conceito, de forma a facilitar o a compreensão dos demais resultados calculados a seguir, e expostos na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos conceitos

Conceitos	$<9,5$ e $>9,0$	$>8,5$ e ≤ 9	>8 e $\leq 8,5$	$>7,5$ e ≤ 8	> 7 e $\leq 7,5$	$> 6,5$ e ≤ 7	6,5	Total
Alunas	1		1	3	8	5		54
%	1,85	4,81	20,38	24,07	14,81	9,27	4,81	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os dados da tabela 2 revelam que o conceito mais incidente é o de CRA $>7,5$ e ≤ 8 , com 24,07% , seguido do conceito C (CRA $>7,5$ e ≤ 8), e o menos incidente é o de conceito A, com CRA $<9,5$ e $>9,0$, representando apenas 1,85% das alunas investigadas.

No Quadro 1, de forma consolidada, são expostos os valores atribuídos à análise dos conceitos das dezenove variáveis analisadas nesta pesquisa.



QUADRO 1. Distribuição dos conceitos em relação às dezenove variáveis analisadas.

Fatores / Variáveis		Grau de significância (α)	Grau de liberdade (gl)	χ^2	X	Conclusão
1	Faixa etária	0,05	18	28,86	15,54	Aceita hipótese
2	Estado civil	0,05	18	21,026	16,42	Aceita hipótese
3	Maternidade	0,05	18	28,86	13,96	Aceita hipótese
4	Ocupação Profissional	0,05	18	28,86	17,98	Aceita hipótese
5	Tempo de Experiência Profissional	0,05	18	28,86	17,91	Aceita hipótese
6	Experiência Profissional em áreas Específicas	0,05	18	28,86	14,27	Aceita hipótese
7	Local de residência	0,05	18	28,86	18,17	Aceita hipótese
8	Convívio residencial	0,05	18	28,86	21,92	Aceita hipótese
9	[Formação básica	0,05	18	28,86	27,50	Aceita hipótese
10	Área de afinidade no Ensino Básico	0,05	12	21,026	11,52	Aceita hipótese
11	Forma de ingresso no curso	0,05	18	28,86	36,26	Rejeita hipótese
12	Qualidade do ensino no curso	0,05	12	21,026	8,14	Aceita hipótese
13	Técnica preferida de estudo	0,05	18	28,86	18,02	Aceita hipótese
14	Método preferido de avaliação	0,05	12	21,026	9,09	Aceita hipótese
15	Primeira opção de curso	0,05	18	28,86,	20,31	Aceita hipótese
16	Planejamento futuro, pós-formação	0,05	18	28,86	25,11	Aceita hipótese



17	Educação familiar recebida	0,05	18	28,86	61,01	Rejeita hipótese
18	Indivíduos que participaram da formação individual.	0,05	12	21,026	8,15	Aceita hipótese
19	Orientação política	0,05	18	28,86	13,01	Aceita hipótese

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os valores relacionados às alternativas do item 1 do Quadro 1 indicam que a maior parte das alunas (66,67%) encontra-se na faixa etária entre 21 e 30 anos e que o conceito “e”, atribuído ao CRA entre 7,5 e 8,0 é o que apresenta o maior percentual na pesquisa, com um total de 24,08%. O resultado do teste de independência obteve $X=15,54$ que é confrontado com $X^2 = 28,86$, com $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, e, portanto aceitável para H_0 ; logo se conclui que, não há evidências de associação entre a faixa etária das alunas e o rendimento acadêmico.

Em relação ao item 2, foi possível constatar que a maior parte das discentes, 70,37% não possui ou já possuiu algum vínculo matrimonial. É relevante destacar ainda que a opção C – viúva, não foi assinalada por nenhuma das pesquisadas. O conceito “e”, assim como na primeira questão, se sobressai perante os demais, atingindo um percentual de 24,08% do total pesquisado. Quanto ao teste de independência, se tem $X=16,42$ que é confrontado com $X^2 = 21,026$, $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, o que se considera um resultado aceitável para H_0 , e conclui-se, assim, que não há evidências de associação entre o rendimento acadêmico e o estado civil das estudantes.

Os resultados obtidos para o item 3 do Quadro 1 demonstraram que a grande maioria das estudantes (83,33%) não possui filhos. Esse fato está diretamente ligado ao item anterior (item 2), que indica que a maior parte das alunas não tem ou já teve algum vínculo matrimonial. O conceito “e” se destaca perante os demais, obtendo um percentual de 24,07%. O resultado do teste de independência a resultou em $X = 13,96$ comparado ao $X^2 = 28,86$, com $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, o que constata um resultado aceitável para a H_0 ,



ou seja, não há evidências de associação entre a maternidade das alunas e o rendimento acadêmico.

O item 4 que refere-se à ocupação profissional, mostra um dado relevante, onde aponta que 48,14% das discentes trabalham e já possuem outras experiências profissionais. É uma informação bastante pertinente à universidade, visto que, com um percentual significativo de alunas que estão ativas no mercado de trabalho, a instituição pode desenvolver ações voltadas as peculiaridades destas. Em relação ao conceito, o que se sobressai entre os demais é o “e”, assim como nas questões anteriores. Em relação ao teste de independência, se tem $X = 17,98$ que será confrontado com $X^2 = 28,86$, encontrado com $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$. É possível afirmar que o resultado de mostra aceitável para o H_0 , ou seja, não há evidências de associação entre a ocupação profissional e o rendimento acadêmico, sendo assim rejeita-se H_1 .

Ao analisar o item 5 da tabela, sobre o tempo de experiência profissional das discentes, a maioria das alunas (31,48%) estão no mercado de trabalho, entre 2 e 5 anos, o que é considerado um dado significativo, já que é de suma importância, principalmente para o profissional de administração, essa experiência vivenciada no mercado, podendo exercer, na prática, o que está sendo estudado na academia. Os dados nos mostram também, que o conceito “e” se destaca em relação os demais, atingindo um percentual de 24,08%. Ao se atribuir os valores para o teste de independência, consegue-se obter $X = 17,91$, confrontado com $X^2 = 28,86$, $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$. Esses resultados são aceitáveis para H_0 , logo, conclui-se que não há evidências de associação entre o fato de ter experiência profissional e o rendimento acadêmico.

Já em relação à área de maior experiência profissional entre as estudantes que assinalaram uma das alternativas B, C ou D, do qual trata o item 6, é possível observar que, a área administrativa é a que possui maior percentual de experiência entre as discentes, contando com 40,74% do total. Como já falado anteriormente, esse fato é bastante relevante, tendo em vista que, a troca de experiência vivenciada entre teoria e



prática é de grande importância para o profissional que está em formação, como também para a academia, que fica mais próxima a realidade do mercado.

O resultado do teste de independência, em que se consegue obter $X = 14,27$, confrontado com $X^2 = 28,86$, $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, é aceitável para a H_0 , ou seja, não há evidências de associação entre o rendimento acadêmico e a experiência profissional em áreas específicas.

Foi verificado, a partir do item 7, que a maior parte das discentes, um total de 68,52% das pesquisadas, residem na cidade onde está situada a instituição, sendo que 16,67% moram em cidades circunvizinhas. Os dados apontam ainda que o conceito “e” se sobressai entre os demais. Para o teste de independência, se obtêm $X = 18,17$, defrontado com o valor tabelado $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, e, portanto, se aceita H_0 e, H_1 é rejeitado. Assim, conclui-se que, não há indícios de associação entre o rendimento acadêmico e o local de residência.

No Quadro 1, o item 8 apresentou como resultados, que a maioria das estudantes reside com os pais ou outros familiares, atingindo um percentual de 62,96%. Esse fato está diretamente relacionado à segunda questão que indica que 70,37% das discentes são solteiras. No teste de independência, atribuindo os valores da tabela, se obtêm o $X^2 = 21,92$ que comparado com o valor tabelado $X^2_t = 28,86$, encontrado com $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, mostra que o H_0 é aceitável. Portanto, conclui-se que, não há evidências de associação entre o rendimento acadêmico e o convívio residencial.

O item 9, referente à formação básica, mostrou que a maior parte das alunas teve formação na rede pública de ensino, obtendo um percentual de 70,37% do total. Os dados ainda mostram que 11,11% das pesquisadas foram formadas na rede privada de ensino. Já o teste de independência em que se obtêm $X = 27,50$, defrontado com o valor tabelado $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, demonstra que não há evidências de associação entre a predominância da formação do ensino básico e o rendimento acadêmico.



Para o item 10 do Quadro 1, que questionou acerca da área da afinidade no ensino básico, a pesquisa aponta que a área de maior afinidade entre as estudantes é a área de humanas (55,56%), seguida da área de exatas (37,03%). Esses são dados relevantes, considerando que essas áreas do conhecimento estão integradas a praticamente todas as disciplinas do curso de administração. É importante salientar também que a alternativa D – outras, não foi assinalada por nenhuma das alunas.

Quanto ao teste de independência se obtêm o $X = 11,52$ que, ao ser comparado com o valor tabelado $X^2 = 21,026$, encontrado com $gl = 12$ e $\alpha = 0,05$, evidencia aceitação H_0 , levando à conclusão de que não há evidências de associação entre o rendimento acadêmico e a área de ensino com maior afinidade durante o ensino básico.

Ao se analisar as informações para o item 11, onde foi abordado acerca da forma de ingresso no curso, as respostas apontam que a maioria das estudantes (74,07%) ingressou no curso através do vestibular/Enem sem cotas; 20,38% ingressaram por meio do Enem com cotas; apenas uma das pesquisadas entrou via reopção de curso; e 3,70% adentraram através de transferência de outras IES. O resultado do teste de independência foi de $X = 36,26$, e que, defrontado com o valor tabelado $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, se apresentou aceitável, logo, se rejeita H_0 e se aceita H_1 . Assim, conclui-se que existe alguma evidência de associação entre a forma de ingresso no curso e o coeficiente de rendimento das discentes.

Quando analisado o item 12, que trata da opinião das estudantes quanto à qualidade de ensino no curso, os dados colhidos apontam que, o maior número de estudantes, 68,52%, atribui ao curso uma boa qualidade de ensino, em seguida, 24,07%, atribui à qualificação regular ao curso. A alternativa D, ruim, não foi assinalada por nenhuma das participantes pesquisadas. É importante ressaltar ainda que o conceito “e” se destaca entre os demais, atingindo um percentual de 24,07%.

Realizado o teste de independência, foi obtido como resultado $X = 8,14$ que, ao ser confrontado com $X^2 = 21,026$, encontrado com $gl = 12$ e $\alpha = 0,05$, demonstra aceitação



para a H_0 . Com isso, conclui-se que, não há evidência de relação entre a opinião sobre a qualidade do curso e o rendimento acadêmico.

Os dados analisados para o item 13 da Tabela 3 - que faz referência à técnica de estudo favorita - apontam que, a grande maioria das discentes, 75,93%, opta por ler e fazer marcações ou anotações acerca da literatura estudada, seguido de 16,67% referente aos que preferem a discussão do assunto em grupo. A alternativa apenas ler, aparece com 5,55% e, por último, com apenas 1,85% aparece a alternativa onde os alunos apontam que preferem outras técnicas de estudo. O resultado do teste de independência apresentou $X = 18,02$, comparado com o valor tabelado $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, aponta que a H_0 é aceita, logo, não há evidência de associação entre as técnicas prediletas de estudo e o rendimento acadêmico.

Os dados referentes ao item 14, que investiga se há associação em relação ao método preferido de avaliação, apontam que, a maioria das participantes tem como método de avaliação preferido à alternativa B (trabalho/ seminário em grupo), atingindo 53,70% do total. Em seguida, com 44,45% vem à opção A, que tem como resposta a prova individual, a alternativa C – Pontuação por participação teve apenas 1,85% das escolhidas. É pertinente informar ainda que nenhuma das estudantes optou pela alternativa D – Outros métodos. O resultado do teste de independência é de $X = 9,09$, comparado com o valor tabelado $X^2 = 21,026$, encontrado com o $gl = 12$ e $\alpha = 0,05$, permite aceitação da H_0 . Logo, conclui-se que, não há evidência de associação entre o método de avaliação preferido e o rendimento acadêmico.

O décimo quinto questionamento, que averigua se existe associação em relação à primeira opção de curso as discentes sonham em estudar, referente ao item 15 da Tabela 3, revela que exatamente, 50% das estudantes têm o curso de administração como primeira opção, ou seja, apenas metade das discentes frequentam o referido curso por escolha real, a outra metade está, não por ser sua primeira opção, mas, talvez, devido à comodidade, por exemplo, já que a maioria das alunas reside na cidade onde se encontra localizada a instituição.



O resultado foi de $X = 20,31$ ao ser confrontado, para o teste de independência, $X^2 = 28,86$, encontrado com $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$. Esse resultado encontra-se na região de aceitação da H_0 . Com isso, conclui-se que, não há evidência de associação entre a escolha do curso ao qual o aluno tenha um maior interesse ou afinidade e o rendimento acadêmico.

O item 16 investiga se existe associação em relação ao planejamento pós-graduação. As respostas apontam que a maior parte das alunas, 38,89%, pretende prestar concurso público, logo em seguida, atingindo 27,78% das pesquisadas, planejam seguir carreira acadêmica, em terceiro lugar, com 20,37% das escolhas, está a alternativa abrir o próprio negócio, e ocupando o último lugar, 12,96% das discentes pretendem tornar-se executivas no setor privado. O teste de independência com resultado de $X = 25,11$ que, comparado ao valor tabelado $X^2 = 28,86$ encontrado com o $gl = 18$, permite concluir que não há evidência de associação entre o planejamento futuro e o rendimento acadêmico.

Os resultados obtidos para o item 17 mostram os valores atribuídos à análise dos conceitos em quanto às alternativas de resposta da décima sétima questão, que investiga se há evidência de associação em relação à educação familiar. Os dados apontam que 61,12% dos discentes classificaram a educação familiar recebida como sendo moderada, as alternativas B (rígida e controladora) e D (outro tipo), apresentaram um percentual de 14,81% cada, aparecendo em última colocação a opção A (liberal e aberta), em que apenas 9,26% das pesquisadas escolheram a referida alternativa.

A seguir, o teste de independência, tem como resultado $X^2 = 61,01$, que ao ser comparado ao $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$ situa-se na região crítica, rejeitando-se, assim, a H_0 e aceitando H_1 . Com isso, conclui-se que, existe evidência de associação entre a educação familiar recebida e o rendimento acadêmico. Logo, a hipótese é aceita.

O item 18 faz referência aos indivíduos que participaram de forma legítima da formação individual (criação) do participante. Os dados apresentados exibem que, a



maioria das alunas, 92,59%, foi criada pelos pais, 5,56% das estudantes assinalaram que seus avós foram responsáveis por sua criação e apenas uma discente assinalou que foi criada por outros familiares. É relevante informar, ainda, que a alternativa D – outras pessoas, não foi assinalada por nenhuma das participantes.

Aplicando o teste de independência, pode-se chegar ao resultado do $X = 8,15$, que comparado ao valor tabelado $X^2 = 21,026$, encontrado com o $gl = 12$, mostra aceitação da H_0 , e conclui-se que, não há evidência de associação entre o rendimento acadêmico e os agentes responsáveis pela criação do estudante.

Finalizando a pesquisa, o último item da Tabela 3, o item 19, diz respeito às alternativas de resposta da última questão, que investiga se existe associação em relação à orientação política das discentes. Os dados exibidos apontam que, a maioria das discentes não tem orientação política, totalizando 48,15% do total pesquisado, 33,33% não sabem definir sua orientação política e as alternativas A (Esquerda) e B (direita), apresentaram 9,26% cada uma, do total estudado. Os resultados do teste de independência, $X = 13,01$, que será comparado ao $X^2 = 28,86$, encontrado com o $gl = 18$ e $\alpha = 0,05$, apontam que não há evidência de associação entre a orientação política e o rendimento acadêmico.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo evidenciar as variáveis associadas ao rendimento acadêmico das alunas do curso de administração da UFCG/CCJS. De maneira mais precisa, o estudo procurou averiguar se existe algum indício de associação entre as variáveis apontadas e a média do CRA das alunas.

Os testes aplicados aos questionamentos identificaram que a grande maioria das variáveis estudadas, 17 de um total de 19, não evidenciou nenhuma associação com o rendimento alcançado pelas alunas. Logo, a hipótese H_0 foi aceita nos resultados das



seguintes variáveis: idade, estado civil, filhos, ocupação, tempo de experiência profissional, área de experiência profissional, cidade onde reside, com quem reside, rede de formação do ensino básico, área de ensino que possui maior afinidade, opinião sobre a qualidade do curso, técnica preferida de estudo, método preferido de avaliação, primeira opção de curso, planejamento futuro, responsáveis pela criação e orientação política.

Em meio a todos os questionamentos, dois apontaram evidências de associação com a média do rendimento. O primeiro está relacionado à forma de ingresso no curso, que de acordo com o teste de independência, a referida variável de alguma forma pode influenciar o rendimento acadêmico das discentes.

O segundo questionamento que apresentou evidências de uma provável associação entre variável e rendimento, corresponde à educação familiar recebida entre as discentes. Esse é um fato interessante, considerando que, com a mudança dos tempos, a evolução da sociedade, o avanço da tecnologia, é perceptível também uma mudança em relação à educação familiar. Os próprios dados apontam que 61,12% consideram a educação recebida, como de forma moderada, onde, há tempos mais remotos, era possível a visualização de uma educação familiar mais rígida.

O presente estudo apontou também, que a maioria das discentes do curso de administração da UFCG/CCJS tem entre 21 e 30 anos de idade. Evidenciando também que a maior parte das alunas são solteiras. E se tratando da questão ocupação profissional, ficou evidenciado que a maior parte das acadêmicas estudadas, trabalham, com experiência superior a 2 anos, tendo como maior área de experiência a Administração Geral ou Financeira. Esse é um fator pertinente, tendo em vista que as alunas ao mesmo tempo em que adquirem conhecimento nessas áreas podem colocar em prática de forma imediata.

Outro fator que merece destaque no referido trabalho é que em meio a todas as alunas que frequentam o curso de administração da UFCG/CCJS, um percentual de 50% o frequentam porque realmente é o curso que desejam cursar, ou seja, metade das



alunas do referido curso, estão o cursando porque é a profissão que desejam exercer, entretanto, a outra metade, o frequentam por outro motivo não identificado.

Este trabalho apresentou um pequeno agrupamento de variáveis que poderiam vir a interagir com o rendimento acadêmico das alunas, contudo, várias outras indagações podem ser aplicadas para investigar tal relacionamento, e outros estudos podem ser realizados a partir do que foi observado nesta pesquisa e, assim, a universidade poder conhecer, de forma mais aprofundada, seu alunado e ter ciência para desenvolver meios de ensino cada vez mais voltados à realidade e perspectivas dos acadêmicos.

Como sugestão para pesquisas futuras, apontam-se três possibilidades de desenvolvimento a partir desse estudo: a investigar de que modo a forma de ingresso no curso pode influenciar o rendimento acadêmico das estudantes; averiguar de que maneira a educação familiar pode exercer influência no rendimento acadêmico das alunas; e reaplicar esse estudo entre o universo discente masculino do curso de administração da UFCG/CCJS, no intuito de buscar possíveis associações específicas entre o referido universo e o rendimento acadêmico. Compreende-se que os estudos sugeridos como forma de amplificar o conhecimento a respeito do tema, podem resultar em informações significativas para o desenvolvimento da linha de pesquisa abordada e para a progressão das técnicas aplicadas dentro da academia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. 2ª edição. São Paulo, Ed. Cengage Learning, 2007.

BRASIL. Grupo De Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira**. 15 de dez. 2003. Disponível em: <<http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/GT-Interministerial.html>>. Acesso em: 10 de fev. 2017.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 11 de fev 2017

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Mulheres são maioria na pós-graduação brasileira.** 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programas e Ações.** 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores.** 8 de mar. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>>. Acesso em: 16 de nov. 2016

BENCKE, F. F.; GILIOLI, R. M. **Ensino de Administração no Brasil, inovação ou não e Anísio Teixeira: em busca do vazio.** 2003. 15 f. Programa Doutorado em Administração, UCS/PUC, Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <[http://www.crars.org.br/cen/arquivos/Ensino de Administração no Brasil.pdf](http://www.crars.org.br/cen/arquivos/Ensino%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BORGES, K. F. C.; IDE, M. H. de S.; DURÃES, S. J. A. Mulheres na educação superior no Brasil: estudo de caso do Curso de Sistema de Informação da Universidade Estadual de Montes Claros (2003/2008). In: Congresso Iberoamericano De Ciência, Tecnologia E Gênero, 8., 2010, Montes Claros.

CFA – Conselho Federal de Administração. **História da Administração.** 2013. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior No Octênio FHC. **Educ. Soc**, Campinas, v. 24, n. 82, p.37-61, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

DURHAN, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.



ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (EBAPE). **Quem somos.** 29 de out. 2015. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/quem-somos/historia>>. Acesso em: 13 de fev. 2017

FERREIRA, M. O. V. Direito social à educação: elementos iniciais para situar uma política de gênero na universidade. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p.189-202, maio 2011.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A. **Curso de Estatística.** 6ª edição. São Paulo, Ed. Atlas, 2013.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GIL, A. C.: **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior de 2014**, 02 de fev. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 18 de nov. 2016.

KOMETANI, P. **Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos, diz pesquisa.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

LOPES, F. A. S. de M. **Gênero E Ciência – Presença Feminina Na Academia: Qual O Lugar Da Mulher Com Deficiência?** In: REDOR da Universidade Federal de Pernambuco, 18, 2014, Recife. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2292/637>>. Acesso em: 14 fev. 2017

MATSUKI, E. **Administração é o curso superior com mais estudantes no país.** 2013. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/17/censo-administracao-e-o-curso-com-mais-estudantes-do-pais.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MELO, A. L. de; SANTOS, E. de J. R. dos; ANDRADE, G. P. de. Ensino superior no brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar. In: Seminário Nacional De Estudos E Pesquisas, 8.2009. Campinas: HISTEDBR, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 06 fev. 2017.



Número de mulheres em cargos de liderança tem alta no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2016/03/numero-de-mulheres-em-cargos-de-lideranca-tem-alta-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

OLIVEIRA, Alzira Marques et al. Trajetória das mulheres no Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, Macapá, v. 7, n. 1, p.82-97, jan. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

OLIVEIRA, F. B. DE; SAUERBRONN, F. F.. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. **Revista de Administração Pública**, Edição Especial Comemorativa. Rio de Janeiro, 2007.

REVISTA VEJA / ECONOMIA. **IBGE**: diploma de nível superior eleva salário em 219,4%, 24 de set. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/ibge-diploma-de-nivel-superior-eleva-salario-em-219-4>>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

REVISTA VEJA/ EDUCAÇÃO. **Inep/MEC**: Os dez cursos superiores mais procurados no Brasil, 19 de fev. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/educacao/os-dez-cursos-superiores-mais-procurados-no-brasil/>>. Acesso em: 10 de fev. 2017.

RIBEIRO, V. M. F. G. **A Importância de educação superior e sua relevância na inclusão profissional.** 2014. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/iniciacao-profissional/a-importancia-da-educacao-superior-e-sua-relevancia-na-inclusao-profissional/56642>>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

RISTOFF, D. et al. (Org.). **A mulher na educação superior brasileira 1991-2005.** Brasília, 2007.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Artigo...** Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

SANTOS, I. E. DOS. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica.** 9ª ed. rev., atual. e ampl. Niterói, RJ: Ed. Impetus, 2012.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 24(2), p. 10-21, fev/abr 1990.



SOUSA JÚNIOR, José Rildo de. **Estudo Sobre Rendimento Acadêmico Na Graduação Do Curso De Administração**. 2016. 60 f. Monografia (Graduação) - Curso de Administração, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2016.



Revista Administração de Empresas Unicuritiba.
[Received/Recebido: Maio 17, 2020; Accepted/Aceito: Setembro 03, 2020]

Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

